

RELATÓRIO EXECUTIVO

Reforma Tributária e Hospitais Veterinários

Impactos, sistema de créditos e plano de preparação para gestores



Escopo

Consolidação do impacto da Reforma Tributária do Consumo para clínicas e hospitais veterinários, com explicação didática do sistema de créditos de CBS e IBS.



Público-alvo

Gestores, administradores, sócios e lideranças operacionais sem formação tributária.



Data

maio de 2026



Mensagem central

A preparação não deve ficar restrita à contabilidade. A reforma exige revisão de sistemas, contratos, cadastro de produtos, precificação, estrutura societária e controles de créditos.

Sumário executivo

1. O que muda em 2026 e no cronograma da reforma	3
2. Impactos específicos para hospitais veterinários	4
3. Sistema de créditos explicado para gestores	6
4. Riscos operacionais e tributários	8
5. Como se preparar: plano de ação	9
6. Indicadores de gestão e checklist	10
7. Fontes utilizadas	11



Leitura rápida para a diretoria

Em 2026, CBS e IBS entram em fase de teste, com destaque nos documentos fiscais.

Serviços veterinários tendem a ter redução de 30%, desde que cumpridos requisitos legais e societários.

Venda de produtos, medicamentos, rações e serviços acessórios não deve ser estruturada em uma rubrica única.

O sistema de créditos pode reduzir o imposto líquido, mas depende de notas corretas, cadastro bem feito e fornecedores formais.

A gestão deve simular margens por linha de receita e treinar faturamento, compras, estoque e financeiro.

1. O que muda em 2026 e no cronograma da reforma

A Reforma Tributária do Consumo substitui gradualmente tributos atuais por dois tributos principais sobre consumo: CBS, de competência federal, e IBS, de competência compartilhada entre estados e municípios. A transição será progressiva e conviverá com o sistema atual por alguns anos.



Ponto de partida em 2026

Em 2026, CBS e IBS entram como etapa de teste: CBS de 0,9% e IBS de 0,1%, com destaque nos documentos fiscais. O objetivo é testar sistemas, documentos e apurações antes da cobrança plena.

Período	O que acontece	Efeito para o hospital veterinário
2026	Ano-teste de CBS e IBS, com destaque em documentos fiscais.	Adaptar ERP, emissão fiscal, cadastro de serviços/produtos e relatórios.
2027-2028	CBS passa a substituir PIS/Cofins em etapa mais curta.	Revisar regime tributário, preços e créditos de compras.
2029-2032	Transição gradual de ICMS e ISS para IBS.	Acompanhar impacto em serviços, mercadorias e operações por município/estado.
2033	Modelo novo plenamente vigente, com extinção de ICMS e ISS.	Operação fiscal deve estar madura, automatizada e bem documentada.

Na prática, 2026 deve ser tratado como um ano de preparação assistida por dados. O foco não é apenas recolher imposto, mas testar se a operação consegue emitir documentos fiscais corretos, classificar receitas, registrar compras e apurar créditos sem perda de informação.

Por que isso é relevante para a gestão

Hospitais veterinários têm operações híbridas: prestam serviços profissionais, realizam procedimentos, vendem produtos, aplicam medicamentos, compram insumos, terceirizam exames e podem oferecer planos ou clubes de assistência. A reforma torna essa diversidade mais visível no documento fiscal e na apuração.

- A consulta veterinária não deve ser classificada da mesma forma que uma ração vendida no balcão.
- Um medicamento aplicado durante uma cirurgia pode ter tratamento diferente de um medicamento vendido para uso em casa.
- Planos de saúde pet e mensalidades assistenciais exigem análise própria.
- Pacotes com preço único precisam ter composição interna bem definida.

2. Impactos específicos para hospitais veterinários

2.1 Serviços veterinários e a redução de 30%

A legislação prevê redução de 30% das alíquotas de IBS e CBS para serviços prestados por profissionais de atividades intelectuais fiscalizadas por conselho profissional, incluindo médicos veterinários e zootecnistas. Isso é diferente da redução de 60% prevista para algumas atividades de saúde humana listadas em regra própria.



Atenção

Serviços veterinários não devem ser tratados automaticamente como serviços de saúde humana com redução de 60%. A regra relevante para veterinários, em geral, é a redução de 30%, condicionada aos requisitos legais.

2.2 Requisitos societários podem afetar o benefício

Para uma pessoa jurídica utilizar a redução de 30%, a estrutura societária e a forma de prestação dos serviços precisam ser compatíveis com as exigências legais. Isso merece atenção especial em hospitais com sócios investidores, holdings, franquias, múltiplas unidades ou atividades muito diversificadas.

Ponto de atenção	Por que importa
Sócio pessoa jurídica ou holding	Pode comprometer o enquadramento se a estrutura não atender aos requisitos da lei.
Atividades diversas no mesmo CNPJ	Pet shop, banho e tosa, hotel, creche e comércio podem exigir segregação de receitas.
Prestação direta por profissionais habilitados	A redução está ligada à atividade profissional regulamentada e fiscalizada por conselho.
Objeto social amplo demais	Pode dificultar a defesa do tratamento diferenciado para serviços veterinários.

2.3 Serviços, produtos e pacotes precisam ser separados

Uma das mudanças mais importantes para a rotina do hospital é a necessidade de separar corretamente os itens de uma operação. Um atendimento pode envolver consulta, anestesia, internação, medicamentos, materiais, exames e produtos para levar para casa. O sistema deve conseguir identificar o que é serviço, o que é mercadoria e o que é plano ou pacote.

Receita	Tratamento gerencial recomendado
Consultas, cirurgias e procedimentos	Classificar como serviço veterinário e validar elegibilidade à redução de 30%.
Exames próprios	Separar serviço próprio de repasse ou terceirização.
Medicamentos aplicados	Controlar como insumo do procedimento ou fornecimento vinculado, conforme orientação fiscal.
Medicamentos vendidos	Tratar como venda de mercadoria, com NCM e regra específica.
Rações e produtos pet	Separar do serviço veterinário; são receitas comerciais.
Banho, tosa, estética, hotel e creche	Não presumir benefício de serviço veterinário; revisar classificação.
Planos de saúde pet	Analisar regime específico e contratos.

2.4 Planos de saúde pet

Planos de assistência à saúde de animais domésticos têm regra específica. A legislação prevê tratamento próprio e redução de 30% em relação às alíquotas de referência, com vedação de crédito ao adquirente. O hospital que vende plano próprio, clube de assinatura, mensalidade assistencial ou pacote de cobertura deve revisar cuidadosamente o contrato e o fluxo de faturamento.

A distinção é relevante: um plano recorrente, um pacote pré-pago de procedimentos, um programa de descontos e uma simples venda avulsa podem gerar efeitos tributários diferentes.

2.5 Medicamentos, vacinas e insumos

Medicamentos e vacinas exigem análise por item. NCM, registro sanitário, destinação, forma de uso e lista aplicável podem alterar o tratamento. O hospital deve evitar cadastros genéricos como “medicamentos diversos” ou “material hospitalar” sem detalhamento fiscal suficiente.

3. Sistema de créditos explicado para gestores

O sistema de créditos é uma das partes mais importantes da reforma. A lógica é simples: o hospital calcula imposto sobre o que vende, mas pode descontar parte do imposto que já foi cobrado nas compras e contratações feitas para operar o negócio.



Fórmula básica

Imposto líquido a pagar = imposto sobre vendas - créditos das compras e despesas elegíveis.

3.1 O que é crédito tributário na prática

Quando o hospital compra medicamentos, materiais cirúrgicos, produtos de limpeza, equipamentos, softwares, energia ou serviços de terceiros, os fornecedores podem destacar CBS e IBS na nota fiscal. Esses valores podem formar créditos, desde que a compra seja elegível, esteja ligada à atividade empresarial e esteja documentada corretamente.

Exemplo mensal simplificado

Descrição	Valor
CBS/IBS calculados sobre vendas do hospital	R\$ 20.000
Créditos de CBS/IBS nas compras e despesas	R\$ 8.000
Imposto líquido estimado a pagar	R\$ 12.000

3.2 Quais compras podem gerar créditos

A regra exata depende da legislação, da documentação e da natureza da operação, mas, do ponto de vista gerencial, o hospital deve mapear quais compras têm potencial de gerar crédito e quais não geram.

Compra ou despesa	Potencial de crédito	Comentário gerencial
Medicamentos usados em procedimentos	Em regra, sim	Exige nota fiscal correta e cadastro do item.
Materiais cirúrgicos e descartáveis	Em regra, sim	Importante separar uso interno de revenda.
Equipamentos veterinários	Em regra, sim	Controlar aquisição, nota e uso na atividade.
Energia elétrica	Em regra, sim	Despesa relevante para hospitais 24h.
Software de gestão, ERP e sistemas fiscais	Em regra, sim	Contratos e notas devem estar no CNPJ correto.
Serviços terceirizados de laboratório/imagem	Em regra, sim	Diferenciar terceirização, repasse e serviço próprio.
Rações e produtos para revenda	Em regra, sim	Controlar estoque e tributação da venda.
Folha de pagamento	Não	Salários não geram crédito de CBS/IBS.
Pró-labore e distribuição de lucros	Não	Não devem ser considerados créditos tributários.

3.3 Por que folha de pagamento muda a análise

Hospitais veterinários são intensivos em mão de obra: veterinários, especialistas, plantonistas, auxiliares, recepcionistas, limpeza, administrativo e gestão. Como salários e pró-labore não geram créditos, um hospital com muita folha e poucas compras tributadas pode ter menos créditos para abater. A simulação deve ser feita com dados reais: receita por tipo de operação, custos com insumos, compras tributadas, serviços terceirizados, folha e margem.

3.4 A nota fiscal do fornecedor vira ativo financeiro

No novo modelo, a nota fiscal de entrada deixa de ser apenas um documento burocrático. Ela se torna o comprovante que permite reconhecer créditos. Comprar mais barato de um fornecedor que não emite nota adequada pode sair mais caro no custo líquido.

Fornecedor	Preço	Nota fiscal	Crédito aproveitável	Custo líquido aproximado
A	R\$ 10.000	Correta	R\$ 1.500	R\$ 8.500
B	R\$ 9.500	Ausente ou incorreta	R\$ 0	R\$ 9.500

3.5 Como os créditos afetam a precificação

A precificação deve considerar o imposto bruto da venda e os créditos associados aos custos diretos.

Serviço	Perfil de crédito	Risco de precificação
Consulta	Baixo, pois depende muito de mão de obra	Preço pode sofrer se considerar apenas benefício de alíquota.
Cirurgia	Maior, por insumos e materiais	Precisa calcular margem por pacote e por item.
Internação	Misto: equipe, insumos e infraestrutura	Exige controle de diária, medicamentos e materiais.
Exames	Variável	Depende se é próprio, terceirizado ou repassado.
Venda de medicamentos	Crédito relevante na compra	Depende de NCM, estoque e documento fiscal correto.

3.6 Estoque e cadastro passam a ser parte da estratégia tributária

- Evitar grupos genéricos como “diversos” ou “materiais” sem NCM ou descrição adequada.
- Conferir se a nota de compra bate com o item cadastrado no estoque.
- Separar medicamentos aplicados no atendimento de medicamentos vendidos ao tutor.
- Controlar glosas, devoluções, perdas e vencimentos, pois podem afetar custo e crédito.
- Treinar recepção, estoque, compras e financeiro para usar os mesmos cadastros.

4. Riscos operacionais e tributários

Principais riscos para a gestão na transição

Risco	Como aparece na rotina	Consequência possível
Tratar tudo como serviço veterinário	Nota única para consulta, medicamento, ração e banho.	Tributação incorreta e perda de defesa em fiscalização.
Perder redução de 30%	Estrutura societária ou objeto social incompatível.	Aumento de carga e risco de autuação.
ERP não preparado	Sistema não destaca CBS/IBS ou não separa itens.	Erro em documento fiscal e retrabalho contábil.
Crédito perdido	Nota de fornecedor errada ou compra informal.	Aumento direto do imposto líquido.
Contrato mal classificado	Plano pet, pacote ou assinatura sem definição jurídica.	Base de cálculo incorreta e conflito com parceiros.
Preço sem simulação	Tabela baseada apenas no histórico atual.	Margens comprimidas após a transição.



Regra de gestão

Não basta perguntar “qual será a alíquota?”. O gestor precisa saber qual é a receita, qual é o custo, qual crédito ela gera, qual documento fiscal será emitido e qual margem sobra depois do imposto líquido.

5. Como se preparar: plano de ação

5.1 Diagnóstico inicial

A primeira etapa é construir um mapa de receitas, custos, contratos e sistemas. Esse diagnóstico deve envolver gestão, contabilidade, financeiro, compras, estoque, recepção/faturamento e tecnologia.

Área	Pergunta que precisa ser respondida
Receitas	Quanto vem de serviço veterinário, produtos, planos, banho/tosa, hotel, exames e convênios?
Custos e compras	Quais compras geram nota adequada e potencial crédito?
Sistemas	ERP, emissão fiscal, estoque e meios de pagamento estão integrados?
Contratos	Planos, convênios, parceiros e marketplaces indicam quem emite nota e sobre qual base?
Societário	A estrutura permite sustentar a redução de 30% para serviços veterinários?
Precificação	A tabela atual preserva margem com imposto líquido e créditos estimados?

5.2 Atualizar sistemas e cadastros

- Cadastrar serviços separadamente: consulta, cirurgia, internação, exames, anestesia, plantão e procedimentos.
- Cadastrar produtos por item: medicamentos, vacinas, rações, materiais, produtos pet e descartáveis.
- Revisar NCM, NBS, códigos fiscais e descrição comercial dos itens.
- Integrar sistema veterinário, estoque, financeiro, fiscal, Pix, cartão e e-commerce.
- Criar relatórios de imposto bruto, créditos, imposto líquido e margem por linha de receita.

5.3 Revisar contratos e modelo comercial

Contratos com planos pet, seguradoras, convênios, marketplaces, laboratórios, especialistas e prestadores devem indicar com clareza o papel de cada parte. Isso evita dúvida sobre quem presta o serviço, quem vende o produto, quem recebe o valor e quem emite o documento fiscal.

5.4 Simular regimes e margens

Regime/tema	O que avaliar
Simples Nacional	Carga total, limitações de crédito, perfil dos clientes e anexos aplicáveis.
Lucro Presumido	Impacto da CBS/IBS e volume de créditos disponíveis.
Lucro Real	Potencial de aproveitamento de créditos e aderência às margens reais.
Regime regular	Crédito, split payment, compliance e fluxo de caixa.
Planos e assinaturas	Regime específico, vedação de crédito ao adquirente e contrato.

5.5 Cronograma prático

Prazo	Entregas recomendadas
Próximos 30 dias	Inventário de receitas, serviços, produtos, fornecedores, contratos e sistemas.
60 a 90 dias	Revisão societária, cadastro fiscal, NCM/NBS, fornecedores críticos e simulação tributária.
Antes da operação plena de 2026	Testes de emissão fiscal, treinamento de equipes e revisão da tabela de preços.
Durante 2026	Usar o ano-teste como piloto: medir créditos, corrigir cadastros, ajustar contratos e preparar caixa.
2027 em diante	Monitorar imposto líquido, split payment, regime tributário e impacto por linha de negócio.

6. Indicadores de gestão e checklist

6.1 Indicadores mensais

Indicador	O que mostra	Por que acompanhar
Imposto bruto sobre vendas	Valor calculado antes dos créditos.	Mostra exposição tributária inicial.
Créditos gerados	Créditos vindos de compras e despesas.	Indica eficiência documental e de compras.
Imposto líquido	Imposto bruto menos créditos.	É o número mais relevante para margem.
Créditos perdidos	Potencial não aproveitado por erro ou falta de nota.	Transforma problema fiscal em custo visível.
Receita por linha	Serviço, produto, plano, banho/tosa, hotel, exames.	Ajuda a aplicar tratamento tributário correto.
Margem por procedimento	Resultado após custos e imposto líquido.	Permite corrigir preços e pacotes.
Fornecedores críticos	Principais compras com ou sem documentação adequada.	Apoia negociação e escolha de parceiros.

6.2 Modelo de painel mensal

Indicador	Valor
Receita total	R\$ 500.000
Imposto bruto sobre vendas	R\$ 48.000
Créditos sobre compras e despesas	R\$ 17.000
Imposto líquido estimado	R\$ 31.000
Carga efetiva após créditos	6,2%
Compras sem crédito por problema documental	R\$ 22.000
Crédito potencial perdido	R\$ 2.100

6.3 Checklist de preparação

Separar receitas por linha: serviços veterinários, produtos, planos, exames, banho/tosa, hotel e outros.	Revisar contrato social, CNAEs, quadro societário e requisitos para redução de 30%.
Atualizar ERP e sistema emissor para CBS/IBS.	Revisar cadastro de produtos com NCM e descrição correta.
Revisar cadastro de serviços com classificação adequada.	Conferir se fornecedores críticos emitem nota correta.
Criar rotina de validação de notas de entrada.	Separar medicamentos aplicados de medicamentos vendidos.
Revisar contratos de planos pet, convênios e marketplaces.	Simular carga tributária e margem por procedimento.
Treinar equipe de recepção, faturamento, compras, estoque e financeiro.	Implantar painel mensal de imposto bruto, créditos, imposto líquido e créditos perdidos.



Conclusão para gestores

No novo sistema, crédito tributário vira parte da margem do hospital. Quem compra com documentação correta, cadastra bem os itens e acompanha créditos tende a tomar melhores decisões de preço, fornecedor e operação.

7. Fontes utilizadas

As fontes abaixo foram usadas para estruturar o relatório. A interpretação aplicada ao setor veterinário deve ser validada com assessoria contábil e jurídica conforme o caso concreto.

Ref.	Órgão/Fonte	Documento	Endereço
[1]	Receita Federal do Brasil	Entenda a Reforma Tributária do Consumo	gov.br/receitafederal/.../reforma-consumo/entenda
[2]	Receita Federal do Brasil	Comunicado conjunto sobre documentos fiscais e obrigações acessórias em 2026	gov.br/receitafederal/.../comunicado-conjunto
[3]	Planalto	Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025	planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm
[4]	Receita Federal do Brasil	Manual da Reforma Tributária do Consumo - versão I	gov.br/receitafederal/.../manual-serVICOS-rtc.pdf
[5]	Receita Federal do Brasil	Glossário da Reforma Tributária do Consumo	gov.br/receitafederal/.../glossario-da-reforma-tributaria
[6]	Câmara dos Deputados	Regulamentação da reforma tributária é sancionada	camara.leg.br/noticias/...
[7]	CRMV-MA	Redução de impostos: como a reforma tributária afeta a Medicina Veterinária?	crmvma.org.br/...



Nota de responsabilidade

Este documento é informativo e foi preparado para apoio à gestão. A aplicação tributária depende de enquadramento societário, regime tributário, contratos, documentos fiscais e regulamentações complementares. Antes de tomar decisões, valide as conclusões com contador e advogado tributarista.